

## **Parecer 64/CNECV/2012** **Nota à Comunicação Social**

O Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida – CNECV - aprovou, em Reunião Plenária do dia 21 de setembro, o seu Parecer n.º 64/CNECV/2012 – Parecer sobre um Modelo de Deliberação para financiamento do custo dos medicamentos, em resposta a solicitação do Senhor Ministro da Saúde.

Nas suas conclusões o CNECV considera pertinente que existe fundamento ético para que o Serviço Nacional de Saúde promova medidas para conter custos com medicamentos. Tais medidas devem basear-se num modelo faseado, transparente e participativo de tomada de decisões que assegure a mais justa e equilibrada distribuição dos recursos existentes.

O CNECV considera indispensável que o Ministério da Saúde e os seus serviços procedam com colegialidade e transparência nos processos de decisão sobre o racionamento de custos. O princípio da responsabilidade para a razoabilidade implica o envolvimento da sociedade civil e dos profissionais de saúde nos processos de decisão, devendo todos realizar a respectiva declaração de conflito de interesses, à qual há que ter acesso público.

O CNECV considera urgente identificar as situações de desigualdade no acesso aos medicamentos pelos diferentes grupos de doentes, de forma a tentar impedir situações eticamente inaceitáveis, sendo também cuidadosamente analisadas as questões de justiça distributiva referentes às diferentes faixas etárias, nomeadamente o impacto de novos fármacos e cuidados ao longo da vida tendo em atenção a equidade intergeracional.

O CNECV recomenda que sejam desenvolvidos e aplicados modelos de prestação de contas das despesas em saúde, permitindo de forma clara que todos conheçam os critérios utilizados.

Há também que reanalisar fármacos de duvidosa eficácia, os quais, deverão ser reavaliados regularmente na sua efetividade e respetivos gastos pelo Estado, em termos de custo-efetividade, com possíveis substituições, desinvestimentos ou suspensões. Com efeito, o debate não pode restringir-se à contenção de custos adicionais, mas à melhor utilização dos recursos já existentes e ao combate contra o desperdício e ineficiência na Saúde.

Em qualquer caso, o CNECV tem como essencial que tudo o que se faça não pode de modo algum pôr em causa a relação de confiança e de aliança terapêutica entre os doentes e os profissionais de saúde.

O CNECV dedicou já particular atenção à reflexão sobre esta temática no seu seminário “Fundamentos Éticos nas Prioridades em Saúde”, realizado em 29 de novembro de 2011 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O texto integral do Parecer encontra-se igualmente disponível em [www.cnecv.pt](http://www.cnecv.pt), para cuja leitura se remete.

Lisboa, 26 de setembro de 2012

Miguel Oliveira da Silva  
(Presidente do CNECV)